

Oferta excessiva de carne no Continente leva a quebra nos Açores

POR RAFAEL COTA*

Nos primeiros 6 meses do corrente ano, registou-se uma significativa quebra na produção de carne nos Açores, com uma diminuição de 20% no abate nos matadouros dos Açores e menos 8,9% na exportação de gado vivo.

No total, foram cerca 9600 cabeças de gado que, desde o início do ano, ficaram nas pastagens, por falta de comprador ou por oferecerem preços muito baixos.

Esta acentuada quebra deve-se à seca severa registada no continente, que obrigou os produtores a abaterem grande parte dos seus efectivos, por falta de alimento, provocando uma pressão no mercado e consequente uma diminuição do preço.

Há indicação de que vários produtores do continente se viram obrigados a abater 30% do efectivo e alguns chegaram mesmo a ter de se desfazer de 50% dos animais.

Esta situação provocou um excesso de oferta, que afectou as habituais exportações de carne dos Açores quer em peça, quer de gado vivo, embora esta última já pouco significativa.

A exportação para a Madeira deixou de se efectuar.

Muitos lavradores estavam a optar pela carne

Segundo informação dos próprios produtores, em declarações à Antena 1, a oferta nos Açores do preço da carne chegou a cair um euro por kg.

Os lavradores acreditam que, para o final do ano, o excesso de oferta no continente vai diminuir e a procura da carne dos Açores retornará aos níveis habituais

e o preço voltará a valores compensadores.

Esta situação acontece numa altura em que se regista uma mudança de produção de leite para gado de carne, já com algum significado, face à diminuição dos rendimentos do leite e às preocupações sobre a possibilidade de virem a cair ainda mais, em consequência da guerra, dos preços dos cereais e dos adubos e do aumento da oferta de outros países.

O Governo Açores tomou duas medidas para minimizar alguns destes efeitos.

Por um lado, criou um incentivo à redução de produção de leite, no valor de 15 cêntimos por litro de leite.

Já anteriormente tinha implementado um outro incentivo para vacas aleitantes, que na prática são animais de produção de carne.

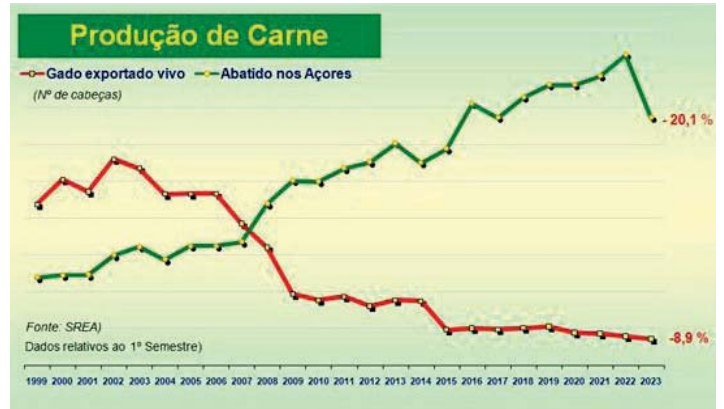
Produtos lácteos também sofreram mudanças

Muitos agricultores aderiram a estes incentivos e os resultados foram visíveis nos dados estatísticos: a produção de leite diminuiu 1,3% em 2021 e 6,5% em 2022.

Por outro lado, a produção de carne aumentou 3% em 2021 e 7,4% em 2022, confirmando a aposta numa alteração que parecia mais segura de acordo com o panorama que se vinha desenhando no mercado do leite.

Agora, com esta situação inesperada, a produção de carne sofre um revés, embora se acredite que se trate de uma situação pontual e que deverá voltar ao normal.

Neste quadro de ganhos e perdas e de alterações da actividade – que se acreditam são válidas face ao panorama do



sector – também se registam mudanças na produção dos derivados do leite.

Por exemplo nos primeiros meses do corrente ano, a produção de queijo, que é o produto muito valorizado diminuiu 8%, enquanto a produção de leite em pó que tem pouco valor comercial aumentou 14%.

Boa gestão minimiza prejuízos

Nestes cálculos também se pode ver que o leite de consumo aumentou e a produção de manteiga também cresceu.

Estes dados permitem concluir que os preços do leite e seus derivados são pouco estáveis, porque dependem de diversos factores.

Desde logo de outros mercados, cada vez mais concorrentes e até das mudanças do clima, que até agora provocavam pequenas oscilações nas produções e nos

mercados e agora se mostram possíveis de provocar grandes mudanças.

Tudo isto, confirma a necessidade de apostar numa boa gestão das explorações, sobretudo numa Região onde o seu peso económico é tão significativo.

A agropecuária continua a ser um dos suportes mais sólidos da economia das ilhas e assegura o rendimento de muitas famílias, seja nas grandes explorações, seja nas pequenas actividades de natureza familiar. Hoje, como qualquer empresa, a lavoura tem de seguir regras criteriosas e ter em atenção os custos e as receitas, de modo a garantir que a actividade é rentável.

Não se pode lutar contra as alterações do clima ou dos mercados, mas pode-se garantir uma gestão que permita bons resultados no dia-a-dia e possa atenuar situações inesperadas.

* Jornalista. Especial para "Diário dos Açores"

Açores vão ter novo Plano Regional para Igualdade e Não Discriminação

Os Açores vão ter um novo Plano Regional para a Igualdade e a Não Discriminação, anunciou ontem o Vice-presidente do Executivo regional, defendendo uma "actuação articulada" para combater a violência doméstica na Região.

Durante a assinatura de um protocolo de cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Artur Lima afirmou que o Governo Regional tem "sedimentado parcerias" e "revisito medidas" para combater a violência doméstica e promover a igualdade.

"Estas preocupações estão expressas na versão preliminar do IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2023-2026) e estarão também no novo Plano Regional para a Igualdade e a Não Discriminação dos Açores (PRINDA), que ainda se encontra em fase de construção", anunciou, falando no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

Segundo o Vice-presidente do Executivo açoriano, aqueles planos "são documentos estruturantes" que vão trazer "contributos válidos e inovadores para lidar com as problemáticas em causa".

Aumento da violência doméstica nos Açores

Artur Lima recordou que, em 2021, as participações de violência doméstica no arquipélago registaram um acréscimo de 5,3% face a 2020, segundo o Comando Regional dos Açores da Polícia de Segurança Pública.

"O facto de o número de participações ter aumentado demonstra que as vítimas estão mais disponíveis para denunciar casos de abuso e violência, colocando em evidência a dimensão nefasta do problema", assinalou.

Artur Lima também evocou dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade

de Género, que revelaram a existência de 7.877 ocorrências por violência doméstica no segundo trimestre deste ano em todo o país.

"Uma já seria demais, 7.877 são um flagelo social de enormes proporções que exige a actuação articulada de todas as entidades públicas", defendeu.

Sobre o novo protocolo firmado entre o Governo dos Açores e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o número dois do Executivo regional destacou que o acordo de cooperação "faz referência a novas preocupações e áreas de actuação".

"Este plano, além da violência doméstica, traz toda a igualdade no trabalho, da não discriminação de raça, de sexo e de crenças religiosas, mas também traz, pela primeira vez aos Açores, o combate ao tráfico de seres humanos. É um protocolo mais abrangente que vem melhorar e reforçar o existente", explicou, após a

cerimónia, em declarações aos jornalistas.

Já a Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género considerou que o protocolo agora firmado é "mais ambicioso" do que o anterior (assinado em 2010), defendendo um "trabalho em conjunto" para promover a igualdade.

Sandra Ribeiro considerou que é preciso ter em atenção as "idiossincrasias muito diferentes de locais para locais" para combater as desigualdades e alertou para o problema do tráfico de seres humanos.

"[O tráfico de seres humanos] é uma questão escondida, mas que existe. Não é por não termos números que não existe. Nos últimos anos, com a guerra na Ucrânia, as questões migratórias do norte África e do Médio Oriente temos tido cada vez mais problemas e mais casos concretos em Portugal", concluiu.